

Fernando Bianchi de Aguiar *

O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva**

RESUMO

O Alto Douro Vinhateiro apresentou em Junho do ano transacto a sua candidatura para inscrição na lista do património mundial da UNESCO, como paisagem cultural, evolutiva e viva. O Alto Douro Vinhateiro constitui o contínuo mais representativo e melhor conservado da Região Demarcada do Douro, a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo. A área proposta para inscrição na lista do património mundial, compreende 24.600 ha, cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro.

A paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro é uma obra combinada do Homem e da natureza, resultante de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos de especiais potencialidades para a produção de vinhos de qualidade e tipicidade mundialmente reconhecidos. É uma paisagem cultural evolutiva viva, testemunho de uma tradição cultural antiga, e, simultaneamente, de uma civilização viva, centrada na vitivinicultura de qualidade, desenvolvida em condições ambientais difíceis.

As características de excelência da paisagem cultural, evolutiva e viva do Alto Douro Vinhateiro apresentam potencialidades de sustentação do ponto de vista produtivo, quer em torno da produção de vinhos do Porto e Douro, quer no âmbito do turismo cultural e de lazer, a paisagem cultural identificada com a vinha em socalcos não está irremediavelmente condenada a perecer sob a ameaça de mudanças tecnológicas ou empresariais. Um processo de gestão deverá contudo ser implementado criando um activo instrumento de intervenção orientado de forma expressa para a protecção e valorização da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro.

* Professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Secretário de Estado da Agricultura.

** Comunicação baseada no texto colectivo da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a património Mundial da UNESCO.

INTRODUÇÃO

Após homologação pela Comissão Nacional da UNESCO foi entregue em Paris, no dia 30 de Junho de 2000, a candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial, documento que visa, no essencial, fundamentar a proposta de reconhecimento do «valor excepcional e universal» da paisagem vitícola Duriense, dentro dos critérios de classificação previstos na Convenção do Património Cultural e Natural e demonstrar que estão reunidas condições para uma conveniente «gestão e salvaguarda» do bem proposto.

A iniciativa desta candidatura deve-se à Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH), entidade que promoveu e financiou a constituição de uma equipe multidisciplinar¹ que elaborou os estudos necessários à preparação da candidatura. Tive o privilégio de coordenar o processo de candidatura. Um primeiro trabalho, intitulado «Viabilidade da Candidatura do Vale do Douro a Património Mundial», realizado em 1999, pelo consórcio internacional constituído pela SPIDOURO, pela Oficina de Planeamiento e pela Quaternaire Portugal, antecedeu a decisão de elaborar a candidatura e teve por objectivo a definição da estratégia a adoptar, pela FRAH, na valorização dos bens patrimoniais do Vale do Douro. Este estudo pôs em evidência o carácter excepcional da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, no contexto de toda a bacia hidrográfica do Douro/Duero, analisada sob os critérios da Convenção do Património Cultural e Natural da UNESCO.

Importa referir o envolvimento das autarquias e demais entidades públicas e privadas – com principal destaque para o sector vitivinícola – em dois momentos determinantes do processo. Antes do requerimento da inclusão do Alto Douro Vinhateiro na lista indicativa do património mundial, com a assinatura de um documento de Apoio Regional no qual se definiu a estratégia a utilizar e, já na fase final, ao subscreverem um Protocolo de Compromissos relativo à gestão e salvaguarda da paisagem Duriense onde se assume, nomeadamente, a intenção de realizar um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT) para a área candidatada.

¹ Coordenador Adjunto, Jorge Manuel Dias (Spidouro); Estudo de Caracterização Paisagística, Teresa Andresen (Univ. Aveiro), Maria José Curado (Univ. Aveiro), Paulo Farinha Marques (Aparte/UTAD); História e Património Vernacular, Gaspar Martins Pereira (Univ. Porto), Lúcia Maria Cardoso Rosas (Univ. Porto), Natália Favrelle Ferreira (Humanitates), Susana Pacheco Barros (Humanitates), Teresa Soeiro (Univ. Porto); Gestão, Rodrigo Sarmiento Beires (Spidouro), Luís Ramos (UTAD), Pedro Sousa e Silva (Jurista), Rui Loza (CRUARB); Consultores, Anxel Viña (Oficina de Planeamento), Armindo Afonso Martins (UTAD), Artur Cristóvão (UTAD), Carlos Coelho Pires (UTAD), Elisa Pérez Babo (Quaternaire), Fernando Maia Pinto (Parque Arqueológico do Côa), João Nicolau de Almeida Ramos-Pinto, José Portela (UTAD), José Ribeiro (UTAD), Juan Luis Dalda (Oficina de Planeamento), Manuel Fernandes de Sá (Univ. Porto), Robert Manners Moura (UTAD), Rui Cortes (UTAD).

A DELIMITAÇÃO DE UMA MANCHA REPRESENTATIVA DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Considerando a eloquência da «obra conjugada do Homem e da natureza» resultante de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha que caracteriza a paisagem Duriense, não foi difícil fundamentar a candidatura com base nos critérios previstos pela UNESCO.

Um Estudo de Caracterização Paisagística foi elaborado constituindo um dos suportes fundamentais da candidatura, e incluiu a sensível tarefa de delimitar uma mancha representativa de toda a Região Demarcada do Douro.

Esta delimitação foi resultado de um trabalho de campo pluridisciplinar e de pesquisa bibliográfica que tornou possível – face a uma região tão vasta – identificar um espaço territorial que, simultaneamente:

- Fosse representativo do carácter da paisagem da Região Demarcada do Douro e das três sub-regiões, da mais atlântica à mais mediterrânea;
- Reunisse de forma coerente a maioria do conjunto de valores mais significativos e
- Apresentasse um bom estado de conservação no seu todo admitindo-se apenas um número mínimo de intrusões pontuais.

Estava fora de questão a apresentação da candidatura de toda a região demarcada pela complexidade de que se revestiria a implementação de um quadro de gestão e salvaguarda para uma área de 250.000ha. A restante área da Região Demarcada do Douro foi considerada «zona-tampão».

O Alto Douro Vinhateiro, designação adoptada para identificar esta mancha, constitui, assim, o contínuo mais representativo e melhor conservado desta Região Vitícola. A área proposta compreende 24.600ha estendendo-se ao longo das encostas do rio Douro e dos seus afluentes, em especial dos rios Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão.

JUSTIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE VALOR

O Alto Douro vinhateiro é uma paisagem cultural evolutiva viva, testemunho notável de uma tradição cultural antiga, e, simultaneamente, de uma civilização viva, centrada na vitivinicultura de qualidade, desenvolvida em condições ambientais difíceis.

A justificação da candidatura Alto Douro Vinhateiro centrou-se nos seguintes aspectos:

- Carácter único da relação do Homem com a natureza numa situação de escassez e adversidade dos elementos naturais – a água, o solo e as encostas íngremes;
- Carácter sábio desta relação resultado de um conhecimento profundo das culturas mediterrâneas e da sua adaptação à escassez e adversidade dos elementos naturais onde a vinha é a cultura por excelência em associação com a oliveira e a amendoeira;
- Exemplo significativo de uma paisagem ilustrativa de diversos períodos da história humana. Testemunha modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas que evoluíram em função do surgimento de novas tecnologias, mas mantendo uma forte identidade e reflectindo saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das populações locais e, por último;
- A diversidade e a riqueza da sua arquitectura vernacular.

No conjunto das regiões vitícolas históricas de montanha e de encosta europeias, o Alto Douro, com 36.000 hectares considerados de encosta íngreme, constituiu a mancha mais significativa deste tipo de implantação, representando cerca de 18% da viticultura europeia de encosta.

Quando comparado com as regiões vitícolas já inscritas na lista do património mundial ou propostas para inscrição, o Alto Douro partilha, sobretudo, na fórmula inicialmente assumida de vinha em socalcos, os traços de um longo trabalho de conquista de espaço vital para a produção de vinho, ao qual se associa um processo ímpar de optimização de condições ecológicas de utilização do recurso água. A Região Demarcada do Douro é herdeira de uma viticultura ancestral, tradicionalmente empírica e de qualidade, que integra, simultaneamente, a modernidade e os utensílios contemporâneos, apresentando e respeitando sempre os princípios a partir dos quais se desenvolveu.

Com efeito, a Demarcação Pombalina e, mais tarde, a classificação das parcelas com vinha produzida por Álvaro Moreira da Fonseca (1932-1980), confirmam nos nossos dias a antiga boa prática de plantar a vinha na encosta, introduzida pelos romanos, tirando partido das melhores condições de maturação que a encosta propicia, reservando as melhores terras dos vales para as produções alimentares.

Este caminho da qualidade, seguido desde sempre e regulamentado há quase 300 anos na Região Demarcada do Douro, é já longo. Diz respeito à autenticidade do vinho, fortemente suportada por um património genético muito rico, que sobreviveu até aos nossos dias, uma vez que estão repertoriadas no cadastro mais de 100 castas de videira autóctones brancas e tintas, e que constitui

uma garantia para o consumidor, último juiz da qualidade. Não é pois de estranhar o facto de ser reconhecido mundialmente que no vale do Douro se produz um dos melhores vinhos licorosos da terra – o vinho do Porto.

É igualmente incontroverso, para quem conhece a região, tanto o esforço gigantesco que constitui esta verdadeira epopeia humana, como o extraordinário peso económico regional e nacional dessa produção ao longo da história. Todavia, paradoxalmente, a região beneficia somente de 1/3 do valor acrescentado gerado por este produto. Este facto explica, em comparação com a maior parte das outras regiões vitícolas, o contraste entre, por um lado a excelência da paisagem vitícola e, por outro, a modéstia do património construído nos povoados. Este mesmo património, por sua vez, contrasta ainda com a diversidade e a riqueza do património que se descobre entre as quintas e as casas solarengas.

Tal como Portovenere-Cinque Terre (paisagem cultural vitícola já inscrita), o Alto Douro pode invocar a dimensão milenar de transformação de um deserto povoado de fragas e arbustos em *país vinhateiro* intenso e pujante, apresentando, além disso, uma importante distinção – o da Demarcação Pombalina – e, com isso, o primeiro modelo institucional mundial de organização e controlo de uma região vitícola.

As primeiras demarcações ocorreram entre 1757 e 1761 e são conhecidas como demarcações pombalinas. Desta primeira demarcação subsistem na região vestígios significativos (marcos graníticos). Ao contrário do que aconteceu com outras demarcações anteriores de regiões vitícolas (Chianti, em 1716; Tokay, em 1737), a demarcação do Alto Douro foi acompanhada por ampla legislação regulamentadora, por um sistema de classificação e qualificação de vinhos, baseado num cadastro de propriedades e em mecanismos de controlo da qualidade. A legislação vitivinícola da região do Alto Douro foi pioneira, em muitos aspectos, da moderna legislação seguida em muitos países produtores. Além disso, as demarcações do século XVIII, independentemente da variação dos respectivos limites, assumiram uma continuidade temporal até aos nossos dias e mantiveram sempre uma forte carga simbólica, sendo interiorizadas pelas populações locais como um elemento-chave da sua identidade.

Para além desta antiguidade mais duas componentes constituem elementos de distinção:

- Os terraços e
- O cruzamento de culturas.

Os terraços. Para cultivar a vinha nas encostas íngremes e pedregosas do Douro e seus afluentes foi necessário produzir solo e construir terraços (socalcos) amparados, tradicionalmente, por muros de xisto, que se combinam hoje com novas formas de armação da vinha.

A paisagem vitícola do Douro é, assim, uma arquitectura complexa, onde se misturam diferentes técnicas de organização dos terrenos. Ao lado de vinhas em patamares e de vinhas ao alto, que datam das últimas décadas do século XX, ainda subsistem várias centenas de quilómetros de antigos socalcos de geometria variável, consoante a inclinação da encosta, mas também correspondentes a técnicas de terraceamento de diferentes épocas.

A candidatura evidencia, naturalmente, este imenso trabalho de muros de xisto que correm ao longo das encostas e constitui uma justa homenagem a todos aqueles que, durante anos e anos, contribuíram com o seu esforço para a sua construção.

O cruzamento de culturas. O Alto Douro encerra uma história milenar, com vestígios arqueológicos abundantes da intensa ocupação humana desde tempos pré-históricos. Apesar das dificuldades de navegação, o vale do Douro constituiu um corredor de povos e culturas, que aqui se cruzaram e misturaram, durante milénios. Esta abertura do vale do Douro a um intercâmbio de influências culturais diversas, continuamente sobrepostas, marcou desde muito cedo o destino do vale enquanto espaço de cruzamento de culturas, ainda hoje testemunhado, não só pelos vestígios arqueológicos e históricos que têm vindo a ser descobertos, mas também em diversas formas de expressão do imaginário colectivo tradicional, das lendas ao vocabulário.

OS VINHOS DA REGIÃO

Os vinhos do Douro, e em particular o vinho do Porto, representam uma construção cultural colectiva, num processo de evolução multissecular.

Desde há séculos, os habitantes do Alto Douro desenvolveram técnicas de cultivo da vinha e de produção de vinhos, introduzidas muitas delas na Época Romana e aperfeiçoadas desde a Idade Média pelas comunidades religiosas, em especial, os mosteiros da Ordem de Cister. É conhecida a participação, desde a Idade Média, das populações das montanhas beirãs e transmontanas nos grandes momentos do ciclo vitícola. Ao longo de séculos, deslocavam-se também ao Douro os pobres da Galiza para os trabalhos mais duros de *surribas* e plantações, bem como os *arraís* e marinheiros das povoações ribeirinhas, que desenvolveram técnicas de transporte do vinho pelo rio Douro, até ao Porto, nos barcos rabelos. Mas o vinho do Porto deve muito também aos negociantes e exportadores do Porto, nacionais e estrangeiros, que desenvolveram técnicas de armazenamento e lotação, que o comercializaram e adaptaram ao gosto dos mercados consumidores (em especial, do mercado britânico, principal consumidor entre finais do século XVII e meados do século XX) e lhe granjearam fama universal.

O património construído vernacular, posto em evidência por um levantamento realizado expressamente para o efeito, é o testemunho material dessa história, o melhor suporte para ancorar a memória colectiva. Entendemos o património vernacular como todo o complexo de qualidade que compõe este *habitat* singular: aglomerados e quintas, casas de habitação e anexos de produção, os terços de vinhedos e olivais, os caminhos e as conduções de água, os cais de embarque e a via-férrea, etc., património construído, móvel e imaterial, um equilíbrio tradicional fruto do trabalho do homem, sedimentado pelo tempo, que seria indigno não tentar conservar e promover.

Estas estruturas vernaculares, testemunhos das diferentes épocas, são frágeis e especialmente vulneráveis quando se tornam obsoletas para a rentabilização económica da exploração, ficando por isso particularmente expostas ao abandono ou mesmo à destruição para darem lugar a novas instalações. A inscrição do Alto Douro Vinhateiro constituirá um grande contributo para um olhar mais atento para a conservação deste património.

A GESTÃO E SALVAGUARDA DO ALTO DOURO VINHATEIRO

As características de excelência da paisagem cultural evolutiva viva do Alto Douro apresentam fortes potencialidades de sustentação do ponto de vista produtivo. Quer em torno da produção de vinhos do Porto e Douro, quer no âmbito do turismo cultural e de lazer, a paisagem cultural identificada com a vinha em socalcos não está irremediavelmente condenada a perecer sob a ameaça de mudanças tecnológicas ou empresariais. Existem condições para que, inovadoramente, a classificação de uma paisagem cultural contribua para a própria sustentabilidade produtiva, favorecendo a materialização do estatuto de qualidade e excelência em preços e mercados mais atractivos.

Nos últimos anos tem-se vindo a acelerar a dinâmica de intervenção na Região Demarcada do Douro, verificando-se indícios de pressões de desenvolvimento que aconselham e exigem, perante a UNESCO e no interesse da própria Região, uma intervenção de preservação e gestão, para melhor acautelar a salvaguarda deste bem.

Os diversos estímulos à actividade económica e a própria dinâmica regional, que conduziram à reestruturação e plantio de vinhas e reconstrução de patrimónios, justificam e aconselham a adopção de um regime mais atento e activo de intervenção do que o quadro regulamentar e de costumes, que até aqui se mostrara eficaz na preservação da paisagem.

O processo adoptado e em vigor, que se foi aperfeiçoando durante séculos, centrou-se sobre a regulamentação, licenciamento e controlo da plantação e

exploração das vinhas, factor essencial e quase exclusivo da intervenção humana na paisagem. Foi em torno e em função da vinha que se implantaram outras culturas e estruturas, da olivicultura aos laranjais e bosquetes do Douro, da construção dos muros de suporte à implantação e expansão das casas e assentos de lavoura, do rasgar de caminhos de ferro à lenta construção das estreitas e sinuosas estradas e caminhos.

Nos anos oitenta verifica-se o reforço administrativo e técnico dos Municípios e dos seus agrupamentos com Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), sediados nas principais cidades, coordenados pela, então, Comissão de Planeamento da Região do Norte, permitindo a criação de um processo de acompanhamento e gestão local do ordenamento e uso do território e a sua progressiva regulamentação. Este processo culminou com a aprovação dos Planos Directores Municipais, como instrumento de regulamentação e gestão do uso e ocupação do solo, ao nível de cada concelho, embora prioritariamente orientados para a gestão dos perímetros urbanos e das redes de infra-estruturas.

É este processo de gestão que agora se pretende aperfeiçoar, criando um mais activo instrumento de intervenção orientado de forma expressa para a protecção e valorização da paisagem cultural evolutiva e viva do Alto Douro Vinhateiro e que, desejavelmente, se aplique progressivamente a toda a Região Demarcada do Douro.

A estratégia de gestão e salvaguarda a implantar sustenta-se, essencialmente, em instrumentos de planeamento e gestão e na criação de estruturas para a implementação dos mesmos:

- Elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOT), visando a preservação e valorização da paisagem cultural evolutiva e viva do Alto Douro, cujas orientações serão transpostas para os Planos Directores Municipais, os instrumentos por excelência da gestão do território a nível local. O Plano de Ordenamento será acompanhado de um Programa de Gestão da Paisagem e um Programa de Acção Territorial, prevendo os investimentos necessários no tempo para a valorização e salvaguarda do bem;
- Criação de um Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro, constituindo um corpo técnico de apoio à gestão, na dependência funcional dos Municípios, que actuará em estreita inter-relação com uma Associação Promotora do Alto Douro Património Mundial, a criar;
- A Associação Promotora do Alto Douro a Património Mundial, que assegurará uma plataforma de relacionamento público-privado de todas as entidades interessadas e envolvidas na propriedade de bens, na preservação, salvaguarda, valorização e promoção do Alto Douro, assumindo-se como

entidade geradora de dinâmicas activas de intervenção, desempenhando uma função consultiva e de parceria de dinamização junto da Direcção do Gabinete do Alto Douro Vinhateiro.

Os novos Programas Operacionais a vigorar entre 2000 e 2006 – Programas Operacionais da Economia, Agricultura e Regional do Norte – para além dos meios afectos pelos seus próprios promotores, serão a fonte de disponibilização de apoios financeiros para os investimentos referentes a melhoramentos agro-florestais e dos projectos de desenvolvimento, infra-estruturação e valorização rural e ambiental e a novas actividades económicas na área, às quais poderão recorrer os proprietários, associações e autarquias.

O quadro de apoio financeiro a estas acções terá por base o Programa de Gestão da Paisagem do Alto Douro Vinhateiro e irá traduzir-se num contrato-programa financeiro a ser estabelecido com o Programa Operacional Regional do Norte, no âmbito da Acção Integrada de Base Territorial do Douro.

Para promover os vários projectos e acções de investigação, desenvolvimento e formação acima referidos, a região dispõe de várias estruturas com corpos técnicos, científicos e pedagógicos de relevo, nomeadamente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e no Instituto Politécnico de Bragança, complementadas sempre que necessário, como foi o caso para a elaboração do processo de candidatura, por especialistas qualificados nas matérias respeitantes à conservação e valorização da paisagem da Universidade do Porto e de Aveiro.

IMPLICAÇÕES REGIONAIS

Uma das implicações importantes desta candidatura será o necessário reforço da interacção da administração pública com os privados, proprietários das vinhas, Casais e Quintas. Está lançado um grande desafio para um trabalho conjunto na gestão, salvaguarda e promoção do Alto Douro Vinhateiro.

A candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial deverá contribuir igualmente para o aumento da auto-estima dos viticultores do Alto Douro, através do reconhecimento do valor do seu trabalho como construtores desta excepcional paisagem. Os Durienses têm justificadamente grande orgulho no vinho fino ou vinho generoso, produto do Douro, conhecido internacionalmente como Vinho do Porto, designação contudo com a qual nem sempre se identificam. A classificação do Alto Douro Vinhateiro como património da humanidade constituirá o reconhecimento mundial do carácter excepcional do seu labor, neste caso sem qualquer ambiguidade de identificação.

O turismo assume já hoje importância na economia e na sociedade durienses. O reconhecimento internacional do valor cénico e cultural da Paisagem do ADV virá, seguramente, contribuir para ampliar essa importância pela visibilidade que adquire. Torna-se contudo imperioso garantir a salvaguarda dos princípios de ordenamento e de funcionamento sustentável das actividades que lhe dão corpo, principalmente no que respeita à determinação e controle das diferentes vertentes da capacidade de carga, da qualidade e da autenticidade da oferta turística que lhe está associada.

Com o turismo abre-se aos produtores-engarrafadores das Denominações de Origem «Porto» e «Douro», e aos comerciantes de uma maneira geral, uma oportunidade de reforçar a componente da venda directa dos seus vinhos conhecido que é o papel das Rotas dos Vinhos na promoção da imagem dos produtos dos seus aderentes veiculada por uma componente de comunicação muito pessoal, factor eficaz de fidelização dos consumidores, e a oportunidade de integrar nessa imagem a eloquência da paisagem.